

Congresso de economistas pede negociação conjunta

Termina hoje, na Câmara dos Deputados, o II Encontro de Economistas de Partidos Populares de Países do Sul da América Latina, quando serão aprovadas moções defendendo o estabelecimento de renegociação conjunta das dívidas externas dos países do Cone Sul, a criação de um banco latino-americano para gerar a renegociação da dívida e o estabelecimento de regimes democráticos na região.

O congresso, aberto sexta-feira à noite, conta com a participação de representantes de partidos populares do Peru, Equador, Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai e Brasil e está sendo realizado com o apoio da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados. Ontem, estiveram reunidas as comissões que estudam intercâmbio comercial, integração econômica, dívidas externas e políticas econômicas alternativas.

Na abertura da reunião, na sexta-feira, os participantes do congresso debateram as questões centrais da crise mundial do capitalismo e suas consequências econômicas, sociais e políticas sobre os países latino-americanos. Em diversos pronunciamentos, os políticos que participam do congresso salientaram os "efeitos dramáticos da crise no plano econômico e social", como a dívida externa, a recessão, o desemprego, inflação, concentração de renda. No plano político, os destaques ficaram para as críticas à continuidade de regimes ditoriais que "fazem esforços dramáticos para administrar a crise às custas dos interesses nacionais e populares".

Os participantes do congresso defenderam ainda a necessidade de uma urgente articulação dos partidos e movimentos populares da América Latina como forma de ampliar as lutas e definir propostas de políticas alternativas visando restaurar o sentido nacional e popular e do desenvolvimento e o caráter democrático da sociedade e do Estado.

O deputado Arthur Virgílio Netto (PMDB-AM) apresentou um relatório defendendo a dinamização da par-

ticipação do PMDB na articulação da integração do pensamento democrático continental. Segundo ele, "os grandes banqueiros, os grandes opressores, os notórios representantes do capital estrangeiro em cada país latino-americano sempre estiveram unidos e entrosados. Por que não deveríamos nós, os oprimidos, os dominados, os setores afinados com as causas populares, igualmente buscar o traço de união que nos fortaleça diante da crise, dos fabricantes de crise, do subdesenvolvimento e da miséria?".

13 JUN 1983

ANTECEDENTES

A reunião de Brasília dá continuidade ao I Encontro de Economistas do Partidos Populares do Cone Sul, realizado em dezembro do ano passado em La Paz, com a participação de partidos argentinos, bolivianos, brasileiros, equatorianos, peruanos e uruguaios. Naquela reunião, após discutir a situação econômica de cada um destes países, o congresso concluiu que a crise econômica afetava a todos eles, tendo uma raiz comum: o sufocante endividamento externo, agravado pela recessão mundial e pelas exigências dos banqueiros internacionais, consubstanciadas na "condicionalidade" dos empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O documento aprovado em La Paz defendia a exigência de um reordenamento do sistema de crédito internacional, mediante a criação de um Fundo Internacional de Reservas capaz de auxiliar os países com dificuldades de liquidez, sem as imposições feitas pelo FMI. O documento pediu ainda "uma negociação coletiva dos países individuados" e recomendou "a nacionalização dos bancos e do comércio externo".

Estas medidas são apontadas como eficazes "para impedir a fuga de divisas e selecionar o seu uso para satisfazer as necessidades populares". O documento, finalmente, sugeriu a "busca de uma maior interdependência regional e sub-regional", a ser conduzida por governos democráticos com ampla representação popular.